



António Domingues de Azevedo

Presidente da Câmara dos Técnicos Oficiais de Contas de Portugal

por Fabrício Santos e Maristela Girotto

“A troca de experiências profissionais, a reflexão sobre novas visões da realidade patrimonial das empresas, a tendência da cientificidade contabilística é algo de inesgotável e que, permutando saberes e experiências, nos deixará mais enriquecidos”.

Em Portugal, os contadores são chamados de Técnicos Oficiais de Contas (TOC) e, ao contrário do Brasil, onde a profissão está regulamentada há 60 anos – desde a publicação do Decreto-Lei nº 9.295/46 –, os profissionais portugueses só tiveram o enquadramento jurídico do exercício da profissão em 1995. Apesar da breve história da Câmara dos Técnicos Oficiais de Contas (CTOC), entidade com missão similar à do Conselho Federal de Contabilidade (CFC), o presidente António Domingues de Azevedo considera que os objetivos traçados vêm sendo cumpridos.

Para vencer os problemas enfrentados pela profissão, em função das suas características e juventude, a Câmara tem atuado com coragem e inteligência, buscando criar uma profissão nova e consentânea com as responsabilidades emergentes do reconhecimento do interesse público. Esse compromisso está no Plano de Actividades e Orçamento para 2007, publicado na Revista TOC (nº 80) e assinado pela Direção da CTOC. “No domínio do desempenho profissional, continuaremos a lutar pelo reconhecimento do mérito

baseado num esforço permanente de maior qualidade e responsabilidade”, traz ainda o documento.

O reconhecimento do interesse público conferido aos Técnicos Oficiais de Contas, em função do enquadramento jurídico da profissão, trouxe-lhes também maiores deveres e obrigações, exigindo conhecimento e renovação de seus saberes. “A volatilidade do quadro normativo inerente ao exercício da profissão, com especial relevo para o de natureza fiscal, requer um esforço redobrado dos profissionais para o acompanhamento, a compreensão e o entendimento das alterações e das iniciativas levadas a efeito pelo legislador”, relata o documento a respeito da formação profissional dos TOCs.

Nesta entrevista à RBC, o presidente da CTOC fala de formação profissional, de convergência de normas contábeis, da atuação feminina na profissão e, entre outros temas, da participação no II Encontro Nacional de Coordenadores de Curso de Ciências Contábeis, realizado nos dias 29 e 30 de abril, em Brasília, a convite do Conselho Federal de Contabilidade.

RBC – Nos dias 29 e 30 de março, o sr. participou do II Encontro Nacional dos Coordenadores do Curso de Ciências Contábeis, em Brasília. Qual a contribuição da CTOC que o sr. trouxe para o evento?

Domingues de Azevedo – A experiência portuguesa no reconhecimento dos cursos que dão acesso à inscrição, por parte da CTOC.

RBC – Uma das finalidades do II Encontro Nacional dos Coordenadores do Curso de Ciências Contábeis foi discutir as tendências da profissão. Quais as tendências da profissão em Portugal?

DA – Uma evolução muito significativa da sofisticação e de uma maior participação no interesse público associado à contabilidade e fiscalidade.

RBC – O primeiro enquadramento jurídico da profissão de Técnico Oficial de Contas veio com o Decreto-Lei nº 265/95. Nesses onze anos de regulamentação da profissão, quais são os principais problemas com os quais a CTOC tem se deparado?

DA – Na necessária mudança de atitude da sociedade e dos profissionais quanto às novas exigências e realidades emergentes do interesse público.

RBC – A atualização e o aprimoramento da formação dos profissionais contábeis são preocupações permanentes do CFC, motivando várias ações da instituição. De que forma o CTOC tem atuado na área da formação dos Técnicos Oficiais de Contas (TOCs)?

DA – De diversa forma: através da elaboração de um plano de formação anual que com-

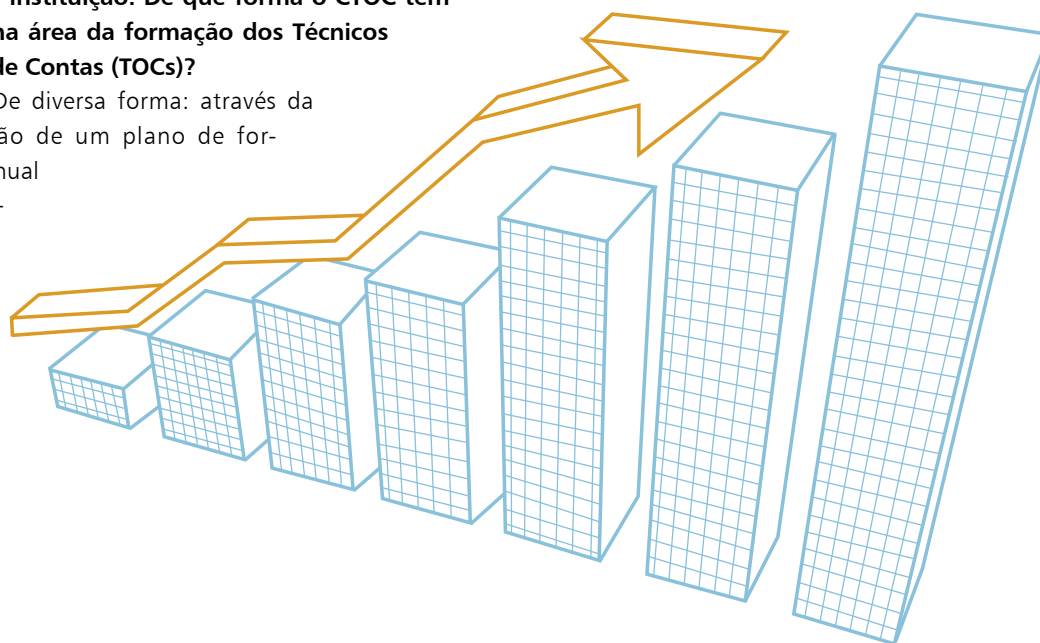
preen-
de três tipos de formação com a duração de 8, 16 e 32 horas; da realização de Reuniões Livres em todas as sedes de distrito; da distribuição mensal de um CD que contém a legislação aplicável à profissão; pela realização de conferências temáticas e encontros de análise e reflexão sobre temas e áreas de interesse para a profissão.

RBC – Para se inscrever na CTOC, os Técnicos Oficiais de Contas precisam passar por um exame de avaliação profissional. Na sua opinião, qual a importância da comprovação do nível de suficiência, ou seja, das competências de natureza profissional dos TOCs?

DA – Muito grande. O despreparo dos profissionais no nível teórico e prático é um verdadeiro gérmen destruidor da profissão.

RBC – Em entrevista à RBC, o presidente da IFAC, Fermín Del Valle, declarou que a adoção das Normas Internacionais de Contabilidade para o Setor Público (IPSAS) é vital para a melhoria das Demonstrações Contábeis e da administração financeira do setor público. O Governo de Portugal adota essas Normas? Qual a sua opinião sobre isso?

DA – Não. É necessário avaliar-se a conformidade das normas com a realidade a que se aplicam. Em



muitos casos elas distanciam-se daquela realidade.

RBC – Qual a sua opinião sobre a relevância da convergência de normas contábeis entre a União Européia e a América Latina?

DA – Desde que se coadunem com a realidade socioempresarial e econômica a que se destinam, vejo nisso positivismo. Mas se por outro lado a implementação das normas visa à consolidação de definições econômicas em função de interesses econômicos específicos, então não faz sentido.

RBC – No Brasil, o CFC vem observando um rápido crescimento feminino na profissão contábil. Hoje, as mulheres correspondem a 37% dos profissionais ativos, num total de 140 mil contadoras no País. Qual a realidade de Portugal em relação às mulheres que atuam na área?

DA – Em Portugal a diferença entre homens e mulheres é menor. Nos 77.908 membros inscritos na CTOC, 37.704 são mulheres (48,39%) e 40.204, homens (51,61%).

> O despreparo dos profissionais nos níveis teórico e prático é um verdadeiro gérmen destruidor da profissão.



RBC – A carga tributária brasileira é uma das maiores do mundo e, atualmente, o Governo acena com a realização de uma reforma tributária. Qual a situação de Portugal? Como o sr. vê a realidade brasileira nessa área?

DA – O sistema fiscal português, no meu entender, com pequenos recontros, pode dizer-se que é o ajustado à nossa realidade. A questão mais pertinente é que as reformas, depois de feitas, devem ser executadas e devem envolver os profissionais.

RBC – Quais são as maiores conquistas de sua gestão e quais os desafios que tem pela frente?

DA – Construir, credibilizar e dignificar a profissão. Porque evolutiva, os grandes desafios são: a criação de um canal temático de TV para os TOC e a institucionalização da formação via *e-learning*.

RBC – Em 2006, o VIII Prolatino (Congresso Internacional de Contabilidade do Mundo Latino) foi realizado em Portugal, reunindo mais de mil participantes. Em setembro de 2007, o IX Prolatino será em Brasília. Qual a importância que eventos internacionais desse porte têm para o dia-a-dia dos profissionais da Contabilidade?

DA – A troca de experiências profissionais, a reflexão sobre novas visões da realidade patrimonial das empresas, a tendência da cientificidade contabilística é algo de inesgotável e que, permutando saberes e experiências, nos deixará mais enriquecidos.